

CAMPO RICO BRASIL COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018					
(Em milhares de reais - R\$)					
Ativos	Controladora		Consolidado		
	N.E.	2019	2018	2019	2018
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.780	2.990	15.787	2.990
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	9.396	-	9.396	-
Duplicatas a receber	6	104.593	56.504	105.060	56.654
Estoques	7	137.552	90.233	137.552	90.233
Tributos a recuperar	8	6.570	2.699	6.740	2.699
Partes relacionadas	9	2.177	5.605	2.171	5.605
Outras contas a receber	10	13	54	14	54
Total dos ativos circulantes		276.081	158.085	276.720	158.235
Não Circulantes					
Partes relacionadas	9	3.353	-	3.353	-
Outros ativos não circulantes	56	57	56	57	-
Investimentos	10	3.765	1.750	-	-
Imobilizado	11	30.558	28.548	30.558	28.548
Intangível	12	59	108	59	108
Total dos ativos não circulantes		37.791	30.463	34.026	28.713
Total dos Ativos		313.872	188.548	310.746	186.948
Passivos e Patrimônio Líquido					
Circulantes					
Fornecedores	13	71.583	61.987	71.916	62.093
Adiantamentos de clientes	14	92.939	26.736	92.939	26.736
Obrigações fiscais e tributárias	15	12.643	6.101	12.643	6.151
Obrigações por operação estruturada - CRA	17	22.773	-	22.773	-
Obrigações trabalhistas	18	142	-	142	-
Partes relacionadas a pagar	9	7.234	4.957	3.439	3.113
Dividendos a pagar	19 (c)	1.783	1.076	1.783	1.076
Outras contas a pagar	18	3.738	1.192	3.881	1.192
Total dos passivos circulantes		212.835	102.409	209.515	100.361
Não Circulantes					
Obrigações fiscais e tributárias	15	348	-	348	-
Total dos passivos não circulantes		348	-	348	-
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		313.872	188.548	310.746	186.948
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em Milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)					
1. Contexto Operacional: A Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. ("Sociedade" ou "Campo Rico") foi constituída em 14/05/2015 e possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Enxovia, 472, 10º andar, conjuntos 1005, 1006, 1007 e 1008, Vila São Francisco. A Sociedade era denominada Santa Vanessa Empreendimentos e Participações S.A., até ser adquirida em 9/10/2015, pela Campo Rico Internacional S.A.R.L. A Sociedade tem por objeto social a comercialização de produtos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo, bem como sua fabricação, importação e exportação, incluindo manipulação por processo de envasamento e acondicionamento. A Sociedade iniciou suas atividades de operações de mistura e comercialização de fertilizantes em 17/07/2017. Passando a operar plenamente apenas no ano de 2018. 2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade e de suas controladas. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 (f) - CPC 06 R2 Arrendamento Mercantil; • Nota explicativa nº 6 - Duplicatas a receber; • Nota explicativa nº 7 - Estoques; • Nota explicativa nº 16 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota explicativa nº 11 - Imobilizado; • Nota explicativa nº 12 - Intangível; • Nota explicativa nº 22 - Provisões para riscos e contingências. 3. Sumários das Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2018, exceto pela entrada em vigor da norma CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil, que teve sua aplicação requerida a partir de 17/10/2019. a) Bases de consolidação: Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir. Em 31/12/2019 e de 2018, a Sociedade era controladora com 95% de participação no capital social da empresa <i>Aliança Norte Armazéns Gerais Ltda.</i> Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais da controlada na mesma data-base e consistem com as políticas contábeis da controladora. Os procedimentos de consolidação utilizados pela Sociedade são os previstos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. b) Transações em moeda estrangeira: As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Sociedade e de sua controlada pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio atualizada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação. c) Ativos circulantes e não circulantes: i. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por caixa em espécie e depósitos em contas bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor caso sejam resgatadas antes do vencimento, os quais são inferiores a 90 dias da data da aplicação. ii. Ativos financeiros: São reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e classificados com base nas características de seus fluxos de caixa e no modelo de gestão para o ativo. Abaixo é demonstrado a forma de classificação e mensuração dos ativos financeiros. a) Custo Amortizado, Mensuração Inicial: Contas a receber de clientes e outros recebíveis; valor faturado ajustado a valor presente e, quando aplicável, deduzidas as perdas de crédito esperadas. Para outros ativos: valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão. Mensuração subsequente: Juros, variações no custo amortizado e perdas de crédito esperadas reconhecidas no resultado. b) Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): Mensuração inicial a valor justo. Mensuração subsequente: Variações no valor justo reconhecidas no resultado. c) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): Mensuração inicial: Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão. Mensuração subsequente: Variações no valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando da liquidação ou transferência, os ganhos ou perdas acumuladas são diretamente reclassificados à rubrica de Lucros ou prejuízos acumulados. Para instrumentos de dívida, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas diretamente no resultado. A Sociedade avalia a cada período de reporte as perdas de crédito esperadas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e os demais instrumentos de dívida. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no Resultado. d) Valor financeiro somente é desreconhecido quando os direitos contratuais expiram ou são efetivamente transferidos. Perdas de crédito esperadas em duplicatas a receber de clientes e outros recebíveis: A Sociedade realiza regular estudo de perdas históricas das carteiras de clientes que possui, levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua e identificação de clientes específicos cujos riscos destoam da carteira, os quais são tratados conforme expectativas individuais. iii. Passivos financeiros: São reconhecidos no momento em que a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial é pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado considerando o método dos juros efetivos. Um passivo financeiro somente é desreconhecido quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada. iv. Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. v. Contas a receber e redução ao valor recuperável: As contas a receber são registradas pelo valor presente e deduzidas de qualquer ajuste de redução ao seu valor recuperável, o qual é constituído com base na perda esperada para realização dos créditos a receber, sendo considerada pela Administração da Sociedade e sua controlada suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. As contas a receber de clientes denominadas em moeda local são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. vi. Estoques: Os estoques de soja, trigo, milho e algodão são demonstrados ao valor justo menos os custos de venda. Os ganhos e as perdas não realizados em contratos a termo são registrados na demonstração do resultado e classificados na rubrica "Custo de venda". Outros estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Custos incluem materiais diretos e, quando aplicável, custos de mão de obra diretos e custos indiretos incorridos para trazer os estoques para a localização e as condições existentes. O custo é calculado pelo método de média ponderada. Valor de realização líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados para conclusão e os custos de comercialização e distribuição a serem incorridos. vii. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil econômica, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. A vida útil base de depreciação dos ativos imobilizados encontram-se descritas na nota explicativa nº 11. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do					



CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 - CAMPO RICO BRASIL COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.												
Acionistas	Ações ordinárias		Valor									
	nominativas	integralizado	%									
Campos Rico International S.A.R.L.	73.434.308	73.434	100,00									
	73.434.308	73.434	100,00									
b) Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. c) Dividendos mínimos obrigatórios: Os acionistas têm direito a dividendos obrigatórios correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme determinado no estatuto social. De acordo com as práticas contábeis, pronunciamiento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Em 31/12/2019, a Sociedade reconheceu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 708 (2018 - R\$ 505). Composição do saldo de dividendos a pagar:												
		31/12/2019	31/12/2018									
Dividendos a pagar - 31/12/2017		571	571									
Dividendos a pagar - 31/12/2018		505	505									
Dividendos mínimos obrigatórios 31/12/2019		708	-									
		1.783	1.076									
		31/12/2019	31/12/2018									
Resultado do exercício		14.898	11.431									
(-) Constituição reserva legal - 5%		(745)	(533)									
		14.144	10.898									
Dividendos mínimos obrigatório - 5%		708	505									
Quantidade de ações		73.434.308	73.434.308									
Dividendos mínimos obrigatório por ação		0,009	0,007									
20. Receita Operacional Líquida												
		Controladora	Consolidado									
		2019	2018	2019	2018							
Receita de vendas - mercado interno		707.866	403.531	707.865	403.531							
Receita de serviços		-	-	326	150							
(-) Devoluções	(9.481)	(5.660)	(9.481)	(5.660)								
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(1.908)	(294)	(1.953)	(297)								
		696.477	397.577	696.757	397.724							
A receita operacional da Sociedade com comercialização de fertilizantes e corretivos de solo foram direcionadas ao mercado interno. A receita de vendas de produtos e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando a obrigação de desempenho para reconhecimento da receita é cumprida.												
21. Despesas por Natureza												
		Controladora	Consolidado									
		2019	2018	2019	2018							
Compras de matéria-prima		580.611	320.191	574.239	320.191							
Frete sobre compras de matéria-prima		18.730	21.304	18.730	21.304							
Gastos de importação		23.250	11.122	23.250	11.122							

A Diretoria Ana Maria Valente Alves Dalle Molle - Contadora - CRC 1PR066823/0-3 T SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. em 31/12/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades

éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções po-

dem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Sociedade e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23/7/2020
DELOITTE TOUCHE THOMASU AUDITORES INDEPENDENTES
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Antônio Carlos Brandão de Sousa - Contador - CRC nº 1 RJ 065976/0-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>